

CONTRATO EMERGENCIAL Nº 001/2026

TERMO DE CONTRATO EMERGENCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CODEG – COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARAPARI E A EMPRESA LIMPAR AMBIENTAL GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS LTDA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA E HABILITADA COM EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, MANEJO E TRITURAÇÃO DE RESÍDUOS VERDES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LIMPEZA URBANA MANUAL, SENDO SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

CONTRATANTE: A CODEG – CIA. DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARAPARI/ES, com sede na Rua Professor Cici Gaigher, nº 15 – Bairro: Sol Nascente, CEP nº. 29.210-442, Guarapari - ES, inscrita no CNPJ sob o nº 30.738.033/0001-02, neste ato representada pelo Diretor-Presidente da CODEG, Sr. Ubirajara Ribeiro, portador do CPF sob o nº 903.XXX.XXX-00 e o Diretor Operacional da CODEG, Sr. Jucimar dos Santos Batista portador do CPF sob o nº 118.XXX.XXX-02.

CONTRATADA: A LIMPAR AMBIENTAL GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.517.043/0001-20, com sede na Rua 22, nº 167, 2º andar, Bairro Benevente, Anchieta/ES, CEP 29.230.000 TEL (27) 99531-1151, representante legal o Sr. Charliston Poli, brasileiro, casado em Comunhão parcial de Bens, empresário, portador da Carteira de identidade nº 1.XXX.XX9 expedida por SSP/ESS - ES e do CPF nº 085.XXX.XXX-75, residente na Rua Dom Helvécio, nº 211, Bairro João XXIII, Anchieta/ES, CEP 29230-000.

Resolvem firmar este Contrato Emergencial nos termos da Lei nº 13.303/2016, Lei nº 123/2006 e Lei nº 147/2014, que se regerá pelas cláusulas e condições que subseguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 - O presente Contrato tem como objeto CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA E HABILITADA COM EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, MANEJO E TRITURAÇÃO DE RESÍDUOS VERDES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LIMPEZA URBANA MANUAL, sob o REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com as normas e especificações da CONTRATANTE, sendo os serviços os constantes no referido Processo Administrativo Nº 301067/2026, que fica fazendo parte integrante do presente contrato.

1.2 – A CONTRATADA será responsável pela execução total dos serviços pelos preços unitários propostos e aceitos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO

2.1 - RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros para cobertura das despesas decorrentes serão oriundos do contrato entre a CODEG e o Município de Guarapari, Unidade Gestora:

Órgão: 28 Codeg, Unidade Orçamentária: 28.01 Gabinete do Presidente, Programa de Trabalho: 15.452.0007.2.059 gestão de limpeza pública, Elemento/Despesa: 3.3.90.39.00. outros serviços terceiros P.J (377), SubElemento: 99 outros serviços de terceiros P.J, Recursos Ordinários: 1.500.0000.000.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor Total do presente contrato é de R\$ 24.980.573,76 (vinte e quatro milhões novecentos e oitenta mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).

3.2 – O pagamento dos serviços a serem executados será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos pela Fiscalização, conforme ANEXO I.

3.3 - As medições dos serviços serão efetuadas pelo Setor Responsável da CODEG sempre no primeiro dia útil do mês subsequente.

3.4 – O pagamento dos serviços realizados será efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao da execução da etapa dos serviços.

3.5 – É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

3.6 - Nenhum pagamento isentará a Contratada da responsabilidade pelos serviços executados ou implicará em sua aceitação.

3.7 - Os serviços prestados em horários noturnos, fins de semana ou feriados não implicam em majoração do preço a ser pago à Contratada;

3.8 – Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

3.9 – Os pagamentos só serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos ao Setor de Pagamentos da CODEG:

3.9.1 – Primeira fatura:

- a) Matrícula dos serviços junto ao INSS;
- b) Prova de recolhimento junto ao FGTS;

- c) Cópia autenticada da GPS específica, quitada, respectiva folha de pagamento de pessoal, rescisões homologadas da mão de obra empregada na execução dos serviços contratados e comprovante de movimentação de pessoal (admissão e demissão) – CAGED;
- d) Nota fiscal dos serviços;
- f) Certidão negativa ou de regularidade fiscal junto à Fazenda Pública Municipal de Guarapari, Estadual e Federal;
- g) Guias de recolhimento do PIS e COFINS;
- h) Certidões de Regularidade Fiscal com o INSS e FGTS, expedidas pelos órgãos competentes no âmbito das jurisdições de suas sedes.

3.9.2 – As demais faturas:

- a) Prova de recolhimento junto ao FGTS;
- b) Cópia autenticada da GPS específica, quitada, respectiva folha de pagamento de pessoal, rescisões homologadas da mão de obra empregada na execução dos serviços contratados e comprovante de movimentação de pessoal (admissão e demissão) – CAGED;
- c) Nota fiscal dos serviços;
- d) Certidão negativa ou de regularidade fiscal junto à Fazenda Pública Municipal de Guarapari, Estadual e Federal;
- e) Guias de recolhimento do PIS e COFINS;
- f) Certidões de Regularidade Fiscal com o INSS e FGTS, expedidas pelos órgãos competentes no âmbito das jurisdições de suas sedes;
- g) Cópia da folha de pagamento de pessoal da mão de obra empregada na execução dos serviços contratados;

3.9.3 – Última fatura:

- a) Prova de recolhimento junto ao FGTS;
- b) Cópia autenticada da GPS específica, quitada, respectiva folha de pagamento de pessoal, rescisões homologadas da mão de obra empregada na execução dos serviços contratados e comprovante de movimentação de pessoal (admissão e demissão) – CAGED;
- c) Nota fiscal dos serviços;
- d) Certidão negativa ou de regularidade fiscal junto à Fazenda Pública Municipal de Guarapari, Estadual e Federal;
- e) Guias de recolhimento do PIS e COFINS;

- f) Certidões de Regularidade Fiscal com o INSS e FGTS, expedidas pelos órgãos competentes no âmbito das jurisdições de suas sedes;
- g) Termo de Recebimento Provisório emitido pelo CONTRATANTE, que deverá ser requerido pela CONTRATADA e fornecido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da solicitação;
- h) Cópia da folha de pagamento de pessoal da mão de obra empregada na execução dos serviços contratados.

3.10 - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo a Contratada informar o número do banco, da agência e conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão contratante, ou através de banco credenciado, a critério do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1. – O valor é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – O prazo do contrato será de até 12 meses, iniciando na data de 29/03/2026 ou com término do processo licitatório nº 300993/2025 para mesmo objeto do presente.

5.2 – Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão CONTRATANTE.

5.3 – A contratada fará a Prestação de Serviços objeto deste contrato, conforme necessidade da CODEG CIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTOS URBANO DE GUARAPARI/ES.

5.4 – Em caso de eventual escassez ou falta do objeto licitado, a CONTRATADA dará prioridade ao fornecimento à CONTRATANTE, de modo a garantir que não haja prejuízo aos serviços prestados à população.

5.5 – A CONTRATADA deverá apresentar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas antes da emissão da primeira Ordem de Serviços o comprovante do pagamento da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA-ES, relativa ao presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

6.1 – A execução do contrato será acompanhada por representante da CONTRATANTE, (Diretor Operacional em exercício) assim designado nos termos da Lei nº 13.303/2016, que deverá atestar a execução dos serviços.

6.2 – A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por quaisquer irregularidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

7.1 – A CONTRATADA obrigará-se a desenvolver os serviços objeto deste contrato sempre em regime de entendimento com a Fiscalização, dispondo está de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do contrato.

7.2 – O representante da CODEG anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 – A CONTRATADA obrigar-se-á a manter no local da realização dos serviços o seu responsável técnico, ou fazer-se representar no local por engenheiro habilitado junto ao CREA para dar execução ao contrato.

7.4 – A CONTRATADA é obrigada a reparar e corrigir, remover, reconstituir, ou substituir, em até 10 (dez) dias, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.

7.5 – A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do contrato.

7.6 – A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CODEG a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

7.7 – Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar à Fiscalização a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

7.8 – O nível de desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços será representado, a critério da CONTRATANTE, por conceitos que serão emitidos por ocasião de cada medição.

7.9 – Aplicam-se à execução dos serviços a serem contratados, no que couber, as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

7.10 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CODEG ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE.

7.11 – Os serviços serão rigorosamente executados de conformidade com os anexos e documentos constantes do Edital, ficando ajustado que quaisquer alterações somente poderão ser efetuadas se constar de proposta apresentada por escrito pela CONTRATADA e aprovada pela CONTRATANTE.

7.12 – A CONTRATADA é responsável pela regularidade no atendimento inclusive em situações especiais (chuvas, inundações, deslizamentos etc.).

7.13 – A CONTRATADA deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos de segurança e proteção exigidos na legislação, constituindo obrigação contratual a lavagem diária dos veículos e suas caçambas com solução detergente e a manutenção da pintura em perfeito estado. Os reparos e manutenção dos veículos e equipamentos não deverão afetar o desenvolvimento normal dos trabalhos.

7.14 – A CONTRATADA fica obrigada a atualizar junto ao Setor Operacional da CODEG, trimestralmente, os horários de coleta por bairro, horário inicial e final, para atendimento e informação aos contribuintes.

7.14.1 - As rotas estarão sujeitas a alterações de acordo com a necessidade da CODEG, devendo a CONTRATANTE informar a CONTRATADA sobre as devidas alterações e atualização.

7.15 - Fica ainda a Contratada obrigada a informar a tara dos caminhões (peso líquido) inclusive do poliguiincho, ao Setor Operacional. As caixas estacionárias deverão receber uma numeração e o peso líquido de cada uma delas deverá ser informado ao Setor Operacional. A inclusão de um novo caminhão e uma nova caixa estacionária obedecerá aos mesmos critérios.

7.16 – À CONTRATADA é vedada a utilização de caixas estacionária em estabelecimentos privados que poderão eventualmente onerar o Contrato.

7.17 – A CONTRATADA deverá coletar os resíduos sólidos (domiciliares e comerciais) Classe II e transportar até o Transbordo indicado pela CONTRATANTE.

7.18 – Nos termos da legislação vigente, a CONTRATADA não poderá empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1 – A CONTRATADA deverá prestar a título de caução para garantia de execução do contrato, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 70, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016. O prazo de validade da garantia será igual ao prazo contratual acrescido de 03 (três) meses.

8.2 – A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato, sob pena de ser o contrato nulo de pleno direito.

8.3 – O valor ou o prazo de validade de garantia de execução do contrato deverão ser aumentados na mesma proporção sempre que houver aditamentos de acréscimo de valor ou de prazo contratual, ou ainda por ocasião do reajustamento e do reequilíbrio/recomposição dos preços contratuais.

8.4 – A caução de garantia de execução do contrato tem por objetivo oferecer garantia a CONTRATANTE quanto ao fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações direta ou indiretamente vinculadas ao contrato.

8.5 – A garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato, ou seja, após a aceitação definitiva dos serviços, mediante requerimento escrito dirigido ao Diretor-Presidente da CODEG.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

9.1 – À CONTRATADA poderá(ão) ser aplicada(s) a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

a) Advertência;

b) Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor total corrigido do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias, se os serviços não forem iniciados

na data prevista ou concluídos nas diversas fases fixadas, ou ainda se as Ordens de Serviço não forem iniciadas ou concluídas nas datas fixadas sem justificativa aprovada pela CONTRATANTE;

c) Multa cominatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total corrigido do contrato, depois de esgotado o prazo fixado na alínea anterior;

d) Multa de até 0,1% (zero vírgula um por cento), sobre o valor total corrigido do contrato por descumprimento de qualquer das obrigações contratuais ou por desatendimento das determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE para a fiscalização da execução do contrato ou ainda pela execução dos serviços em desacordo com os documentos constantes do edital/contrato;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de fornecer e contratar com a CODEG pelo prazo de até 02 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CODEG pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.2 – As multas previstas nesta cláusula serão descontadas de imediato no pagamento devido, podendo ser utilizada, se necessário, a garantia de execução contratual ou cobradas judicialmente, se for o caso.

9.3 – As sanções previstas nesta cláusula poderão acumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis nos casos das alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, e 10 (dez) dias corridos para a alínea “f” a partir do recebimento das mesmas.

9.4 – A suspensão do direito de licitar e contratar com a CODEG, bem como a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CODEG serão declaradas em função da natureza e gravidade da falta cometida.

9.5 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula é da competência da Presidência da CODEG, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

10.1 – A CONTRATADA poderá ceder ou subcontratar parcialmente (até 15%) os serviços objeto deste contrato com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE ressalvando-se que quando concedida a subcontratação obriga-se a CONTRATADA a celebrar o respectivo contrato com a inteira obediência aos termos do contrato firmado com a CONTRATANTE, e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda a CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato sem que caiba a subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 – A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CODEG, nos casos previstos na Lei nº 13.303/2016, dentre eles:

- a) Não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos ou o seu cumprimento irregular;
- b) Lentidão no cumprimento do contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços no prazo estipulado;
- c) Atraso injustificado no início da execução dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE por prazo superior a 03 (três) dias;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidos no contrato;
- f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pela CONTRATANTE para a fiscalização da execução do contrato, assim como as de seus superiores;
- g) Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
Decretação de falência da CONTRATADA;
- h) Dissolução da sociedade;
- i) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do contrato;
- j) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Diretor-Presidente da CODEG;
- l) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva a execução do contrato.

11.2 – Declarada a rescisão do contrato, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE apenas o pagamento dos serviços realizados, depois de medidos e aprovados pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

12.1 – Os serviços objeto deste contrato são considerados essenciais. Caberá exclusivamente à CONTRATADA a administração de seu quadro de pessoal sob todos os aspectos, inclusive no tocante às questões relativas à política salarial, sendo-lhe expressamente vedado o repasse das mesmas a CONTRATANTE em situação de conflito. Assim caberá à CONTRATADA resolver qualquer impasse salarial com seu quadro de pessoal, assumindo integralmente e por conta própria as consequências financeiras decorrentes da negociação.

12.2 – A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra e outras necessidades decorrentes da execução contratual, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização dos serviços, causados a CONTRATANTE ou a terceiros.

12.3 – A CONTRATADA deverá providenciar às suas custas, o seguro de responsabilidade civil, em garantia única e de riscos diversos, não cabendo a CONTRATANTE qualquer obrigação decorrente de riscos da espécie.

12.4 – A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas utilizadas na execução dos serviços.

12.5 – A CONTRATADA será responsável pela vigilância em seus escritórios/bases de apoio, bem como pelo cumprimento das normas de segurança e higiene do trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso de uniformes e de equipamentos de proteção individual/coletiva.

12.6 – A CONTRATADA deverá providenciar por sua conta a confecção e colocação de placas de sinalização para proteção das equipes de trabalho no trânsito, conforme modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE, além das exigidas legalmente.

12.7 – Será considerada falta de extrema gravidade, prejuízos ao funcionamento das redes de drenagem, esgoto e outras dentro do município causado pela CONTRATADA.

12.8 – Obriga-se a CONTRATADA a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.09 – A CONTRATADA deverá estabelecer uma filial na cidade de Guarapari, sendo esta condição para realização dos serviços deste contrato, fixando-se o prazo de, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, para esta instalação.

12.10 - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.

12.11 - Manter o Contratante atualizado quanto à frota utilizada na execução dos serviços, informando placas, prefixos e setores de cada veículo.

12.12 - Atender a todas as solicitações feitas pelo Contratante, para o fornecimento de informações e dados sobre os serviços, indicadores de acidentes de trabalho ou outros referentes a gestão de medicina e segurança do trabalho, dentro dos prazos estipulados.

12.13 - Substituir qualquer componente da equipe que, a critério do Contratante, apresente comportamento inadequado ao trabalho executado junto à população, ainda que não possa ser demitido.

12.14 - Executar os serviços de forma silenciosa, ordeira e com urbanidade para com a população.

12.15 - Transitar com os veículos coletores, quando em serviço, de forma a causar o mínimo impedimento ao trânsito dos demais veículos, buscando sempre a facilitação da ultrapassagem.

12.16 - Substituir, imediatamente, qualquer veículo coletor ou equipamento que, a critério do Contratante, não estiver em condições de prestar serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 – O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos em atendimento ao da Lei Nº 13.303/2016:

13.1.1 – Unilateralmente pela CODEG:

Quando houver modificação do projeto básico ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

Quando necessária à modificação do prazo ou do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observados os limites legais estabelecidos na Lei nº 13.303/2016;

13.1.2 – Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Guarapari (ES), para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

14.2 - E por estarem desta forma justos e acordados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Guarapari (ES), 26 de março de 2026.

Ubirajara Ribeiro
Diretor Presidente

Jucimar Batista
Diretor Operacional

CODEG – CIA. MEL. DES. URB. GUARAPARI
CONTRATANTE

CHARLISTON
POLI:08549910775

Assinado de forma digital por CHARLISTON
POLI:08549910775
Dados: 2026.03.26 17:01:36 -03'00'

LIMPAR AMBIENTAL GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESIDUOS LTDA
CNPJ: 29.517.043/0001-20
CONTRATADA

**ANEXO I
 PLANILHA ORÇAMENTARIA**

| Lote | Serviço Itens | Descrição Sintética dos Serviços | Unidade | Quantidade Mensal Estimada | Período mês | Valor Unitário (R\$) | Valor Total Mensal (R\$) | Valor Total Anual (12 meses/R\$)* |
|--|--|---|--------------------------------------|----------------------------|-------------|----------------------|--------------------------|-----------------------------------|
| 1 - Serviço de Coleta e Transporte ao Transbordo de Resíduos Sólidos Urbanos | 1.1 Serviço de Coleta e Transporte, com contêineres e caixas. | EXECUÇÃO SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESPECIALIZADOS DE COLETA E TRANSPORTE AO TRANSBORDO NA LIMPEZA URBANA, DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, MODALIDADE PORTA A PORTA | Tonelada (t) | 4271 | 12 | R\$ 414,00 | R\$ 1.768.194,00 | R\$ 21.218.328,00 |
| 2 - Serviço de Limpeza Urbana no Manejo e Trituração de Resíduos Verdes | 2.1 Equipe de serviço Poda de árvores com Cesto Aéreo e serviço Trituração de Galhos | EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESPECIALIZADOS NA LIMPEZA URBANA, NO MANEJO E TRITURAÇÃO DE RESÍDUOS VERDES NA MANUTENÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO E COMPOSTAGEM DE MASSA VERDE | Hora x Equipe x Trabalhadora (H.E.T) | 182 | 12 | R\$ 1.168,10 | R\$ 212.594,20 | R\$ 2.551.130,40 |
| 3 – Serviço de Educação Ambiental | 3.1 Equipe para prestação de serviço de Educação Ambiental | EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. | Hora x Equipe x Trabalhadora (H.E.T) | 182 | 12 | R\$ 148,16 | R\$ 26.965,12 | R\$ 323.581,44 |
| 4 - Serviço de Limpeza Urbana Manual Temporária | 4.1 Equipe de Limpeza Manual de Manguezais, Rios, Valões, Restingas, praias, ilhas e lagoas. | SERVIÇO CONSISTE NA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DE USO COLETIVO, COMPREENDENDO MANGUEZAIS, RIOS, VALÕES, PRAIAS, RESTINGAS, PRAIAS, ILHAS E LAGOAS, SITUADOS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DE FORMA MANUAL, SELETIVA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA. | Hora x Equipe x Trabalhadora (H.E.T) | 182 | 6 | R\$ 812,76 | R\$ 147.922,32 | R\$ 887.533,92 |
| | | | | | | | Total Geral | R\$ 24.980.573,76 |

CHARLISTON
POLI:08549910775

Assinado de forma digital por
 CHARLISTON POLI:08549910775
 Dados: 2026.03.26 17:01:49
 -03'00'

Rua Professor Cici Gaigher, nº 15 – Sol Nascente – Guarapari/ES – CEP: 29.210-442. Tel.: 27 3361-1167

E-mail: cpl@codeg.guarapari.es.gov.br

Site <http://codeg.guarapari.es.gov.br/>

CNPJ 30.738.033/0001-02